



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**TERMO DE REFERÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
(Inciso III, 'f' do art. 74 c/c inciso XVIII, 'f' do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021)
Processo Administrativo nº 5946/2024**

Área Requisitante	Gerência de Fiscalização
Responsável e matrícula	Rendrica Marta Furegatti
Responsável pela Solicitação	Maria Angélica Azevedo Rosin
Integrantes da Área de Apoio Administrativo	Ingrid Wendy Carrel

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de cursos personalizados para formação de auditor interno e implementação de serviço de auditoria de processos de fiscalização, com os temas: “Núcleo interno conceitos fundamentais princípios de Auditoria aplicáveis em fiscalização” e “Diretrizes de Auditorias aplicados na Fiscalização” a ser realizado na modalidade híbrida em formato de turma fechada, voltado a empregados lotados na Gerência de Fiscalização, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A proposta comercial, datada de **26/09/2024** corresponde ao Anexo I deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativas para a contratação

2.1.1. Tendo em vista a implantação do Projeto Preservação das Normativas do Processo Administrativo de Fiscalização (PA 4538/2024), contatou-se em 11/06/2024 a Fundação Vanzolini para requerer informações a respeito de curso de auditor interno para capacitar os fiscais do projeto em epígrafe e também a equipe de fiscais envolvida na atividade finalística do Coren-SP.

2.1.2. Após terem sido realizadas duas reuniões online entre a Gerência de Fiscalização – Coren-SP e representantes da Fundação Vanzolini, verificou-se a necessidade de se customizar um curso de auditor interno que atenda os requisitos para uma auditoria interna de processo (documental) num órgão de classe profissional cuja atividade finalística é a fiscalização do exercício profissional mediante as legislações e normativas do Sistema Cofen/Conselho Regionais.

2.2. Objetivos Gerais e Específicos

2.2.1. Item 01 - Diretrizes de Auditoria aplicados na fiscalização:

2.2.1.1. Para o curso “Diretrizes de Auditoria aplicados na fiscalização” o objetivo será para determinar recursos, determinar a viabilidade da fiscalização, métodos, amostragens por julgamento e por estatística, realização de análise crítica de informação documentada, constatações da fiscalização, preparação de relatórios e documentos da fiscalização e verificação de causas de falhas.

2.2.2. Item 02 – Núcleo interno conceitos fundamentais – princípios de Auditoria aplicáveis em Fiscalização

2.2.3. Para o curso “Núcleo interno conceitos fundamentais – princípios de Auditoria aplicáveis em Fiscalização” tem como objetivo determinar os critérios de avaliação, realizar a análise crítica das informações documentadas, constatações da auditoria, acompanhamento de correções, verificação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de adoção de ações para eliminar causas e acompanhamento do processo para melhorias.

2.3. Explicitar a Notória Especialização

2.3.1. A Fundação Vanzolini é uma organização sem fins lucrativos, criada e gerida pelos professores do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo, para melhorar a efetividade do processo de desenvolvimento sustentável do Brasil.

2.3.2. Há mais de 50 anos, a Fundação desenvolve, aplica e dissemina novos conhecimentos da Engenharia no cotidiano de pessoas, empresas, instituições e governos, contribuindo na resolução de problemas econômicos, ambientais, técnicos e sociais no Brasil e no exterior.

2.3.3. Tendo como base o olhar sistêmico, integrador e multidisciplinar da Engenharia de Produção, a Fundação Vanzolini atua sobre quatro eixos principais: Educação, certificação, pesquisa e soluções.

3. DA(S) AÇÃO(ÕES) DE DESENVOLVIMENTO

3.1. ITEM 01

3.1.1. Título: “Diretrizes de Auditorias aplicados na Fiscalização – EAD ao vivo”.

3.1.2. Modalidade: Online;

3.1.3. Local de Realização: À distância por videoconferência, com interação ao vivo entre os participantes e os instrutores – turma fechada;

3.1.4. Vagas: 77 vagas.

3.1.5. Carga Horária: 16 (dezesseis) horas em dois dias consecutivo;

3.1.6. Período de Realização: datas a serem combinadas.

3.1.7. Investimento total: R\$15.000,00 (quinze mil reais).

3.1.8. Investimento por participante: R\$194,80 (cento e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

3.2. ITEM 02

3.2.1. Título: “Núcleo interno conceitos fundamentais princípios de Auditoria aplicáveis em fiscalização

3.2.2. Modalidade: Presencial;

3.2.3. Local de Realização: local a ser combinado;

3.2.4. Vagas: 17 vagas

3.2.5. Carga Horária: 16 (dezesseis) horas em dois dias consecutivos.

3.2.6. Período de Realização (previsão): datas a serem combinadas.

3.2.7. Investimento Total: R\$18.000,00 (dezoito mil reais).

3.2.8. Investimento por participante: R\$1.058,82 (mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

4.1. Razão Social: Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV);

4.2. Nome Fantasia: Fundação Vanzolini;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.3. CNPJ nº: 62.145.750/0001-09;
- 4.4. Endereço: Rua Dr. Alberto Seabra, 1256/1266 –Vila Madalena – CEP 05452-001;
- 4.5. Telefone(s): (11) 3024-2250;
- 4.6. E-mail(s): ecp_contratos@vanzolini.org.br;
- 4.7. Consultor Responsável: Jose Joaquim do Amaral Ferreira;

5. DADOS BANCÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

- 5.1. Banco: 033 – Santander - Agência: 0658- Conta Corrente: 13050062

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. Item único

6.1.1. O valor cobrado pela fundação Vanzolini para o curso “Diretrizes de Auditorias aplicados na fiscalização” para 03 (três) turmas para participação de 77 (setenta e sete) fiscais é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para o curso “Núcleo interno conceitos fundamentais – princípios de Auditoria aplicáveis em Fiscalização” para 01 (uma) turma presencial com até 17 (dezesete) participantes é de R\$18.000,00 (dezoito mil reais).

6.1.2. Os valores cobrados pela fundação são para cursos personalizados para o Coren-SP, não sendo disponível no site eletrônico da fundação, nos foram enviadas notas fiscais de cursos semelhantes para comprovação de preço.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso III, “f”, do art. 74 combinado com o inciso XVIII, “f” do art. 6º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

Leiam-se (*in verbis*):

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos ser serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Ainda, considerando o que determina o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (*in verbis*):

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

7.2. Nota-se que regra é licitar. Para tanto, tratando-se de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, pode-se utilizar os tipos de licitação melhor técnica e preço, conforme art. 36, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

7.3. Outra forma de licitar seria pelo critério do Menor Preço, na Modalidade de Pregão, na forma da Lei 10.520/2002. Porém, observa-se pelas contratações dos diversos órgãos públicos, que esse procedimento, muitas vezes, não permite a escolha de um profissional ou empresa que apresentem resultados satisfatórios, principalmente quando se trata de conteúdo específico da Administração Pública.

7.4. Assim, pelas razões expostas, a favor da celeridade do processo de contratação das ações de desenvolvimento voltada a empregados do Coren-SP, entendemos que a Administração poderá contratá-las, em eventos abertos ou fechados, por *inexigibilidade de licitação, na forma do Art. 74, inciso III, “f”, combinado com o art. 6º, inciso XVIII, “f”, ambos da Lei nº 14.133/2021.*

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela instituição promotora do evento, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

8.2. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;

8.3. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

8.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8.7. Encaminhar a Nota Fiscal e Certificado(s) de Participação à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a data de realização do evento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

9.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

9.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

9.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

9.5. Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis.

10. PAGAMENTO

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

10.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.3. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal/fatura, mediante depósito bancário para crédito, em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.5.1. o prazo de validade;

10.5.2. a data da emissão;

10.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.5.4. o período de prestação dos serviços;

10.5.5. o valor a pagar; e

10.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

10.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

10.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

10.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a compensação financeira devida pela Contratante será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

11.3. As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas correrão pelo Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.018 – Palestras, Cursos, Treinamentos e Seleção de Pessoal.

São Paulo, 18 de outubro de 2024.

Assinam este Termo de Referência:

INTEGRANTE REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELA ÁREA REQUISITANTE
<p>Maria Angélica Azevedo Rosin Gerente de área Matrícula 609</p>	<p>Rendrica Marta Furegatti Gestor Técnico de área Matrícula 721</p>

INTEGRANTES DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p>Ingrid Wendy Carrel Assessora II – Gerência de Compras e Contratos Matrícula 1177</p> <p>Andrea Zumbini Paulo Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1232</p>